

A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ORGANIZAÇÃO EM REDE COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA.

Desenvolvimento Territorial

Lindomar de Jesus de Sousa Silvai NAEA/UFPA. lindomarjssilva.cs@gmail.com

Tânia Nazarena de Oliveira Mirandaii PPGCR – UEPA taniamiranda18@yahoo.com.br

Larissa Guaranyiii UFPA guarany@hotmail.com

Resumo

A economia solidária apresenta-se hoje como proposta capaz de impulsionar o desenvolvimento a partir da valorização territorial e articulação em rede voltadas à produção, comercialização e mobilização de atores sociais. Na Amazônia, ela, aparece como parte de um processo que busca aliar melhoria da qualidade de vida com ações voltadas a construção de políticas públicas e transformação social. O presente estudo apresenta a Economia Solidária como um instrumento capaz de impulsionar o desenvolvimento territorial na Amazônia, em contraste ao modelo de desenvolvimento implementado pelo Estado, através de sucessivos governos. Neste sentido, resgata-se aqui grupos, entidades que possuem no seu bojo a capacidade de pensar o território, articulação em redes de atores sociais de forma a produzir trocas de saberes e práticas, como também impulsionar a mobilização em vista incidir na formulação de políticas públicas e transformação social.

Palavras chaves: desenvolvimento, solidariedade, amazônia,

1. Introdução

A economia solidária apresenta-se hoje como proposta capaz de impulsionar o desenvolvimento a partir da valorização territorial e articulação em rede voltadas a valorização da produção, comercialização e mobilização de atores sociais. Na Amazônia, a economia solidária, aparece como parte de um processo que busca aliar melhoria da qualidade de vida com ações voltadas a construção de políticas públicas e transformação social.

O presente artigo busca apresentar de forma sistemática a concepção de desenvolvimento implementada pelo Estado Brasileiro ao longo dos anos no qual se priorizou a consolidação de grandes projetos, colocando em risco a sociedade, biodiversidade e o patrimônio amazônico, já que essa priorização pressupõe a homogeneização do processo necessário a produção, além, de exigir demasiadamente a utilização dos recursos naturais e energéticos. Portanto, a opção estatal na Amazônia ocorre com elevada pressão sobre os recursos humanos e florestais em vista da busca de lucro em curto prazo.

Diante da estrutura capitalista implantada na Amazônia, nos últimos anos a Economia Solidária tornou-se uma bandeira de diversos movimentos sociais, organizações da sociedade

civil e setores estatais. Deve-se ao fato da mesma possuir elementos de contraposição ao sistema capitalista. Moacir Gadotti^{iv} analisa que nas “últimas décadas, a economia solidária vem se estruturando e se constituído numa força real e alternativa ao modelo capitalista”, já que a mesma tem como pressuposto o resgate de valores da cooperação, do viver em comunidade, da coletividade e da autogestão.

A economia solidária como projeto coletivo ultrapassa o aspecto produtivo, ou seja, possui um perfil de articular produção, organização, compromisso sócio-ambiental e luta por conquistas sociais. E assim, ela:

[...] destaca-se como um rico processo em curso, regido pelos princípios de solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão social e da emancipação. Ela representa uma grande esperança de transformação do modo de como produzimos e reproduzimos nossa existência no planeta. [...] (ibdem)

No espaço amazônico encontra-se um quadro de miséria oriundo de uma política voltada para atender interesses externos fez que muitos atores sociais, como a Igreja Católica, a desenvolver ações voltadas para o crescimento comunitário com projetos de produção, comercialização e acesso a itens básicos ao consumo familiar, além de fortalecer a organização política de incidência sobre o estado.

Destaca-se no decorrer da história a ação da prelazia de Cametá, Cáritas Brasileira, Federação de Assistência Social e Educacional FASE, Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes - APACC e outras organizações sociais que através de projetos voltados para a melhoria de vidas de comunidades possibilitaram a construção de inúmeras ações de mobilizações e luta por acesso a crédito. Nesse sentido, associações, cooperativas e cantinões no decorrer das décadas de 1960 a 1990, foram instrumentos voltados para o desenvolvimento da consciência crítica de comunidades e agentes sociais e o meio de viabilizar caminhos de resistência ao avanço capitalista.

No contexto, atual o conjunto de iniciativas construído inicialmente como ação emergencial passaram a ser uma alternativa de desenvolvimento capaz de consolidar uma economia voltada para a sustentabilidade e assim “estar adequada às condições locais, ao meio ambiente, considerando as diversidades ecológicas – biomas e ecossistemas – e as diversidades culturais, das comunidades e povos tradicionais e etnias” (CONIC, 2010,p. 15).

É essa possibilidade da Economia Solidária em ser um modelo alternativo ao avanço do capitalismo na Amazônia, já que a mesmo traz em si elementos de valorização territorial, e articulação em redes de diversos atores e instituições capazes de incidir sobre as esferas

públicas, que o presente artigo pretende expor, e assim fortalecer uma perspectiva crítica e transformadora no pensar Amazônico.

2. A concepção de desenvolvimento implementada na amazônia

No decorrer da história a sucessão de governos no Brasil sempre pensaram estratégias de desenvolvimento vinculadas a demandas externas a própria região. Sendo assim, a implementação de grandes projetos fomentados precisavam entrar em “funcionamento com relativa rapidez e que produzissem em larga escala” (MONTEIRO, 2005, p.145). Essa concepção fundamental na enorme quantidade de riqueza na Amazônia, o que dá a mesmo em relação a outras regiões “vantagens comparativas”, orientou e orienta a ação governamental até os dias atuais.

A Serra do Navio foi o primeiro grande projeto que vinculou a região amazônica a demanda externa e que pautou-se em fomento governamental, mercantilização dos recursos naturais e conseqüentemente crescimento do passivo ambiental. Data de 1940 a descoberta de uma grande reserva de manganês, produto indispensável para produção do aço e nesse período, a maior detentora de tal minério, era a antiga União Soviética, que tinha suspenso a sua venda, fazendo com que as reservas da Serra do Navio ganhasse importância extraordinária, a ponto de ser considerada com reserva nacional, pelo presidente militar Eurico Dutra.

A exploração da mina foi realizado pela Indústria e Comercio de Mineração - ICOMI, empresa brasileira de médio porte, que venceu a concorrência, e recebeu autorização para funcionar em 1947. Sendo que em 1950 alegando necessidade de aporte técnico a ICOMI associou-se à *Bethlehem Steel Corp.*, na época umas das maiores corporações norte-americana de produção de aço. Essa empresa passou a deter 49% do capital da empresa. Essa rápida mudança, segundo Monteiro (2005, p.143) “deixou evidente quem a empresa ICOMI representava”.

Com a exploração do manganês na Serra do Navio se desenhou o formato que os grandes projetos iriam assumir na Amazônia. Os mesmo passaram a dotar a região de equipamentos de infraestrutura como estrada de ferro, estrutura portuária e as chamadas *company towns*, os núcleos residências destinados aos funcionários das empresas. É importante, ressaltar que esse formato tinha como objetivo facilitar a exploração das jazidas minerais e não criar uma sinergia capaz de enraizar o desenvolvimento na região. O projeto na Serra do Navio teve o primeiro embarque em 1957 e o último em 1997, quando a reserva foi

declarada exaurida, foi a primeira experiência de exploração dos recursos minerais em larga escala na Amazônia, e que ao invés de desenvolvimento criou e aprofundou a miséria no Estado do Amapá.

Com os governos militares, a partir de 1964, o estado desencadeou na Amazônia uma lógica de ocupação concebida a partir de interesses geopolítico e a doutrina de segurança nacional. Para os militares “era imperioso **ocupar** a Amazônia” e assim “buscou-se isso por meio de políticas de desenvolvimento que pressupunham a firme articulação de interesses privados, em que se enquadravam as grandes empresas” (MONTEIRO, 2005, p.144).

Para a efetivação dos seus objetivos, o Estado criou um grande aparato institucional como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, o Banco da Amazônia - BASA, ampliou as políticas de incentivos fiscais e o investimento para obtenção de informação da região como o Projeto de Radares da Amazônia (RADAM) que tinha a finalidade de orientar a construção de estradas, hidroelétricas e o conhecimento geológico da Amazônia.

A ânsia em concretizar e agilizar projetos exportadores, destinados ao mercado externo e a mercantilização dos recursos naturais fez o governo a criar em 1974 o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMÂZONIA. Assim, o governo pretendia

[...] direcionar os impactos da política de incentivos fiscais para áreas geográficas selecionadas, concentrando nelas também suas ações de construção de infraestrutura, com a finalidade de propiciar investimentos maciços e espacialmente concentrados. Essas ações ancoravam-se, portanto, numa visão de desenvolvimento regional que tinha por fundamento a necessidade de concentração espacial de capitais, capazes de produzir desequilíbrios e, por conseguinte, impulsionar um processo de desenvolvimento de atividades por meio de uma cadeia de ligação para frente e para trás das atividades produtivas ‘chaves’. Alguns pólos que integram o Polamazônico foram Carajás, Trombetas e Amapá. [...] (MONTEIRO, 2005, p.145-148)

O Programa Grande Carajás – PGC segue os mesmos pressupostos dos pólos, ou seja:

[...] é uma tentativa do governo coordenar a execução, de forma mais ágil, de projetos já existentes na área (especialmente o Projeto Ferro Carajás, a Albras, a Alunorte, Alumar e a Usina de Tucuruí) e de concentrar ainda mais os impactos das políticas estatais de incentivos fiscais para a região [...] (MONTEIRO, 2005, p.152)

Mas do que um programa de governo, o PGC foi a expressão que envolvia dinâmicas e interesses diferenciados, como a estratégia governamentais, o processo de reestruturação da indústria de alumínio mundial, os interesses dos militares, dos grupos multinacionais, agregados na Companhia Vale do Rio Doce -CVRD, que mais do nunca procuravam a

apropriação das riquezas existentes na região e a sua consolidação diante do ambiente favorável de apoio estatal e da infra-estrutura criada na região.

3. A concepção de desenvolvimento da amazônia com a reforma do estado e as dinâmicas neoliberais.

A eleição de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso consolidaram uma nova forma de conceber o papel no estado nas políticas de desenvolvimento. Para esses presidentes a liberalização ampliava a competitividade da economia nacional diante de um mundo cada vez mais globalizado. Os principais ajustes realizados em vista da liberalização da economia consistiam em diminuição das tarefas alfandegárias, redução da tributação incidente sobre a exportação, a redução da participação estatal na economia, o que levou ao governo privatizar empresas de caráter estratégico, como a Companhia Vale do Rio Doce.

Em 1995, o governo aprovou a Emenda Constitucional nº 6 e assim, retirou o impedimento a participação majoritária do capital estrangeiro nos capitais de empresas de mineração. Isso permite que à norueguesa ElKem passe a ter o direitos de explorar a lavra da cromita no Amapá e a dirigir atividades por meio de sua subsidiária a Vila Nova. No mesmo rumo, em 1996 foi criado a Lei Kandir, que isenta recolhimento de ICMS os produtos primários o semibeneficiados destinados à exportação.

O modo de impulsionar o desenvolvimento regional deixou de ser através dos pólos e passou a ser concebido a partir dos eixos estruturadores de integração nacional e internacional. Para o governo isso permite a articulação de diferentes regiões. A forma concreta dos eixos são vias de transporte de longas distancias o que permite, segundo o governo o “acesso a mercados e a melhorar a capacidade competitiva dos sistemas econômicos regionais” (BRASIL, 1997b, p.17)

Durante o governo Lula esperava-se uma mudança em relação à política de desenvolvimento regional, especialmente na Amazônia. O documento que orientava a política de desenvolvimento na região mostrava essa perspectiva, já que a firma iria “explorar, com afincos os potenciais endógenos da magnífica diversa base regional de desenvolvimento, em conformidade com os fundamentos sociais atuais de uma produção mais diversificada e sofisticada, mais portadora de valores sociais regionalmente constituídos (BRASIL, 2003, p. 12). Segundo Monteiro, apesar de existir uma vontade expressa em documento do governo Lula em suas ações concretas em relação a Amazônia, orientaram-se com a lógica vinculada ao Plano Plurianual de 2004-2007, que “reforçam as lógicas, vigentes nos períodos anteriores,

de relacionamento entre poder público e as empresas responsáveis pela mercantilização de bens naturais”. (MONTEIRO, 2005, p. 167)

De acordo com o Plano Plurianual 2004-2007 (BRASIL, 2004) o desenvolvimento econômico do país está bloqueado devido à existência de restrições que produzem vulnerabilidade externa e interna, como a baixa capacidade em criar divisas na balança comercial e de atração de capital produtivo. Esse quadro de vulnerabilidade faz com que o país seja altamente dependente de capitais para “fechar suas contas com o resto do mundo”. Sendo assim, em vista da superação da vulnerabilidade externa o governo passa:

A dar a máxima prioridade à elevação do saldo da balança comercial, o implica dispensar tratamento privilegiado aos agentes econômicos, como as empresas minero-metalúrgicas, cujas mercadorias exportadas têm baixíssimo coeficiente de importação, do que deriva um resultado líquido maior nas contas correntes externas. (MONTEIRO, 2005, p.168)

A opção do governo Lula fortaleceu agentes econômicos comprometidos com a ampliação de superávits, que se prevalecem das vantagens comparativas “derivadas do baixo custo, em termos presentes, do uso dos recursos naturais da região” e que não estão dispostos em políticas voltadas a explorar os “potenciais endógenos e impulsionar uma política mais “diversificada e sofisticada” (MONTEIRO, 2005, p.169).

4. As conseqüências da opção de desenvolvimento sobre a Amazônia.

A essência das empresas voltadas a atender a demandas externas, e as necessidades de produção de superávits impossibilitam que ocorram uma relação dos mesmos com o desenvolvimento da região Amazônica. Na verdade, os projetos implementados pelo governo ao longo da história, tendo com ponto inicial a exploração da Serra do Navio, no Amapá, em 1940 caminha na contramão da construção de um desenvolvimento sustentável, já que os mesmo trazem no seu bojo um custo em termos de depredação do mundo físico e assim destruir a principal riqueza amazônica, a biodiversidade.

Sendo assim, os mesmo são incapazes de possibilitarem um “desenvolvimento amplo e socialmente enraizado, já que os mesmo não desencadeiam novas e diversas atividades industriais com base local. Na verdade, esses processo voltadas a extrair recursos naturais são:

[...] lógicas que as distanciam da possibilidade de estabelecerem redes de relações sociais, econômicas, políticas e ambientais que sejam impulsionadoras de um desenvolvimento regional baseado na construção de sistemas produtivos locais, capazes de alimentar localmente a dinâmicas de inovação que favoreçam o estabelecimento de processos produtivos, cujo diferencial de competitividade não esteja baseado, tão-somente, na utilização, a baixo custo, de recursos e serviços ambientais da região.[...] (MONTEIRO, 2005, p.176)

Mesmo em relação à geração de emprego, a implantação de grandes projetos na Amazônia deixam a desejar já que não é estabelecido um processo capaz de envolver a comunidade dentro de uma lógica de apropriação, aprimoramento e a difusão de conhecimento tácito, ficando a força de trabalho local com pouco a contribuir e ficando destinada a participar apenas de algumas processo ao longo da historia do empreendimento. Na mesma perspectiva da vinculação com o território, está à política tributária, que seria a partir da estrutura estatal uma forma de capturar parte do valor gerado pela mercantilização dos recursos naturais, porém desde o processo inicial até os dias de hoje o Estado sempre adotou uma sistemática renúncia fiscal, taxas, contribuições e tributos sob a justificativa de garantir a competitividade dos empreendimentos instalados na Amazônia.

Outro elemento que faz parte da essência dos grandes projetos na Amazônia é que são empreendimentos voltados para concentrar capital e pouco difundir tecnologia. Concentração de capital enseja diretamente na concentração de renda o que vai de encontro com os “processos de desenvolvimento local, pois estes requerem a ampliação da equidade social, intimamente associada à desconcentração de renda e da propriedade de meios de produção” (MONTEIRO, 2005, p.176)

Portanto, a lógica que determina e faz que os grandes projetos sejam valorizados de formas a colocar em risco a sociedade local e o patrimônio amazônico exigem um conjunto de procedimento como a homogeneização do processos produtivos, ou seja, o fim da diversidade, que pode representar risco ao empreendimentos, o acesso demasiado a recursos enérgicos, que impõe fortes pressões sobre os recursos humanos e florestas da região, dessa maneira faz com que tudo seja pensado a curto prazo, mesmo que produza um “passivo ambiental muito significativo, embora ainda não dimensionado” (MONTEIRO, 2005, p. 179).

5. A economia solidaria e a tentativa de construir um modelo de resistência ao desenvolvimento predatório da região amazônica.

O breve resgate histórico das formas como os governos pensaram em desenvolver a Amazônia durante o século XX e o XXI mostra que todas as perspectivas de “desenvolvimento” pautou-se no reforço da concentração de renda, na homogeneização dos processos produtivos e na pouca valorização do capital natural da região. (Monteiro, 2005).

As conseqüências da opção governamental voltada a gerar superávits na balança comercial na Amazônia resulta em 43% da população com renda insuficiente, isso que dizer renda per capita abaixo da linha da pobreza, 40 % dos municípios região encontra-se (IBGE,

Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003) com incidência de pobreza. E ainda: 1% dos mais ricos da população detém 11% da renda total enquanto 50% dos mais pobres ficam com 15% (IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2000). Segundo, o Estado do Pará, que é a unidade federativa que mais exporta minério de ferro, maior produtor mundial de alumínio, significativo produto de caulim; crescente participação em cobre e níquel e 3º maior produtor internacional de bauxita, possui mais de 1 milhões de pessoas em situação de miséria e é o estado mais violento do Brasil.

Diante desse quadro, comunidades e grupos sociais ao longo da história vem construindo estratégias de desenvolvimento fundamentados em princípios comunitários. É na perspectiva de construir uma alternativa de resistência ao modelo predatório de desenvolvimento. É nessa perspectiva que inicia a organização de comunidades e grupos voltados para a organização de cooperativas e associações voltadas a possibilitar o incremento da renda e a melhoria da condição de vidas da população Amazônica.

A criação de estratégias de superação da situação de pobreza e que fortalecesse a organização de comunidade em vista da conquista de políticas públicas encontro nas cooperativas, associações e cantinas comunitárias formas de organização voltada para a produção, consumo, e a mobilização. Essas formas organizativas:

[...] levaram esses agentes a reconhecer a importância da organização, ao assegurar os meios técnicos necessários para o enfrentamento das dificuldades de produção, de romper a lógica fatalista, e a baixa auto-estima reconhecidas como causas de sua pobreza e exclusão do desenvolvimento. [...] (REIS, 2002, p.21)

A tentativa de criar ações que pudesse viabilizar a sobrevivência das comunidades amazônica passou junto com a ação pastoral a fazer parte das prioridades da Igreja Católica, na prelazia de Cametá^V no estado do Pará, “a partir de 1969, criou um novo processo de orientação pastoral estabeleceu como prioridade a organização de comunidades cristãs e o apoio a atividades produtivas e de comercialização comunitária (SOUSA, 2002, p. 105).

Diante da opção em incentivar as atividades produtivas:

[...] a prelazia organizou um trabalho de orientação técnica que desenvolvia um programa denominado plano de sítio, voltado ao incentivo à diversificação de culturas perenes e de ciclos curtos combinados com a criação de animais em cada propriedade familiar. Além disso, fornecia financiamento destinados ao plantio de pimenta-do-reino e a implantação de cantinas comunitárias. Essas cantinas funcionavam como instrumento de compra e venda de produtos agrícolas e produtos industrializados[...] (SOUSA, 2002,p.114)

Quando uma instituição como a prelazia de Cametá pensava uma ação voltada à produção, pensava-se sempre na perspectiva de “apoiar a sustentação integral das famílias e

da comunidade seja produzido para subsistência seja para comercializar” (CÁRITAS, 1995, p. 87).

Segundo Cartilha da Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes – APACC, entidade constituída na década de 80 em Belém (2008. p.15) “a Igreja Católica é um dos mediadores mais presentes a partir da década de 1960, e avança até a década de 1990”. É evidente que além da Igreja Católica outros atores colaboram para experiências como cultivo da pimenta-do-reino, a criação de cantinas comunitárias e a assistência técnica, além de um conjunto de “formas de mobilização que passa pelo grito da terra, acampamentos de camponeses” nos municípios de Cametá, a cidade pólo da região, ocupações em órgãos públicos nos municípios e em Belém, marcam os anos 1990.

Esse processo de organização e de concepção voltado para buscar melhoria a vida das famílias no interior da Amazônia serviu de base para os processos de mobilizações em muitas regiões. Em Cametá, com a crise da pimenta-do-reino e o fechamento das comportas da barragem de Tucuruí, que afetou a pesca no município e assim o processo de empobrecimento das comunidades, diante da escassez do peixe. Diante desses processos os agricultores passaram a buscar uma forma de resistir e organizar um instrumento que pudesse fazer frente a esse processo.

Para Sousa (2002, p. 176) com:

[...] com assessoria da prelazia e de entidades como a Cáritas Brasileira, que se criou no início os anos 1990 a associação Casa do Lavrador. Ela que veio a ser a primeira organização coletiva no município, que marcou o novo ciclo de mobilização das populações rurais em busca de construção de um instrumento legal que pudesse oferecer resposta à crise da agricultura, atuando no âmbito da comercialização.

A região nordeste paraense seguiu o exemplo da região da região tocantina com caminhos organizativos que buscava aliar produção, comercialização e mobilização. Em Viseu, os moradores da Comunidade de Emaús criaram a Associação de Pescadores e Agricultores de Emaús - APANEMA, em 1985. Ainda em Viseu, os agricultores do Vale do Rio Piriá, criaram a Cooperativa do Vale do Piriá - COVAPI, em 1991.

Em Santa Luzia em 1996, foi criada a cooperativa mista dos agricultores entre os Rios Caeté e Gurupi. Esses processos de organização buscavam fortalecer a luta de pequenos produtores, concretizando formas de incentivar produtos básicos para casa. Assim era a concepção que criaram os CANTINÕES. No VI Encontro de Cooperativismo Alternativo, em 1990 mostra bem que o horizonte traçados pelos pequenos produtores na época:

Não podemos ver o cantinão como uma mãe bondosa onde o trabalhador passa, pega o dinheiro e deixa o cantinão se virar. O Cantinão para sobreviver precisa entrar no

esquema de comercio capitalista. É importante entender que a luta do Cantinão tem que ser associado à luta dos trabalhadores por políticas agrícolas voltadas para o pequeno produtor. (VI Encontro de Cooperativismo Alternativo, em 1990 – apud REIS, 2003, p.31)

Os poucos relatos da trajetória do inicio das organizações que fomentaram a economia solidária mostra que os mesmo possuíam um vínculo muito grande com a Igreja Católica, que fomentava através de projetos ações produtivas como forma de aliviar a pobreza, serviram de base para fortalecer estruturas sindicais, associações, cooperativas. Em Cáritas (2003, p.134) o relato da experiência das cooperativas dos trabalhadores de Cameté mostra uma forte associação entre a vida religiosa, a organização social e a luta por acesso a políticas públicas, sendo que o acesso a credito que possibilitasse a produção camponesa uma das principais bandeiras de lutas dos trabalhadores:

[...] o referido município tem uma das mais ricas experiências de associativismo no Pará: a partir de 1969 foram criadas as comunidades cristãs e as cantinas comunitárias; em 1974 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; em 1990 a Associação Casa do Lavrador, em 1994 sem transformou na Cooperativa de Resistência de Cameté; ainda na década de noventa surgiram muitas outras organizações e movimentos que no municípios foram responsáveis pela luta por crédito público aos camponeses, sendo a principal bandeira de luta a democratização do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).[...]

Em um contexto de ausência de financiamento e política pública que viabilizasse os grupos de produção numa concepção voltada as transformações sociais e a melhoria de vida das comunidades. Entidades como a Cáritas Brasileira, com fundos doados por organizações européias, criaram os chamados Projetos Alternativas Comunitários – PACs. Os PACs têm sua história “ligadas à busca de alternativas de sobrevivências a partir de atividades produtivas e de consumo na perspectiva de organização de grupos que, solidariamente, perseguem sua autonomia e dignidade e luta contra a dependência criada pelo assistencialismo” (CÁRITAS, 2003, p.13).

A partir da década de 90 diversas entidades e atores sociais passaram a transformar os pequenos projetos comunitários dentro de uma lógica voltadas para serem instrumentos capaz de articular iniciativas sustentáveis de desenvolvimento. É nessa perspectiva que os pequenos projetos passam a ser concebidos como economia solidária e desta forma crítica frente ao sistema hegemônico e orientam-se por valores não mercantis como a solidariedade, a democracia e a autonomia. (CÁRITAS, 2003, p.66).

Ao trilhar um caminho voltado para a Economia Solidaria, as entidades buscavam incentivar os grupos a assumirem o fator trabalho como prioridade sobre o capital. É nessa

perspectiva, que o cooperativismo alternativo apoiados por inúmeras organizações na Amazônia fazia parte de uma perspectiva de:

[...] somarem-se aos esforços de lutas nos espaços locais com os mais amplos, propiciando ações diretas com as organizações locais e ações mais gerais de fortalecimento dos movimentos sociais e populares nos estados. Ambas são canalizadas para a construção e a implementação de propostas de organização da agricultura familiar. [...] (CÁRITAS, 2003,p.75)

Diante dos novos desafios apresentados e a necessidade de articulação aspectos ligados a produção, comercialização e organização passou a ser fundamental pensar a lógica de desenvolvimento a partir de uma concepção territorial que pudesse articular atores locais e contrapondo o mercado e as políticas estatais.

6. A economia solidaria: territorios e redes como instrumento de desenvolvimento territorial.

Numa concepção que ultrapassa o paradigma tradicional, o território passa a ser visto como o sujeito de efetiva ação de desenvolvimento que envolva o conjunto das organizações e sujeitos coletivos como o compromisso em promover o desenvolvimento, já que:

[...] o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico[...]. (BONNEMASION; CAMBREZY, 1996,p. 10)

A busca de uma nova dinâmica o território precisa fundamentar sua estrutura em redes e o compartilhamento de informações, já que as mesmas se referem a uma proposta coletiva de ações de atores (que podem ser indivíduos, organizações e entidades) que estão interligados por relacionamentos sociais, baseados seja pela amizade, relação de trabalho ou outros tipos de laços (TOMAEL, MARTELETO, 2006). Na formação de multiplicadores promovida pela APACC em 2008 os estabelecimentos de práticas de transmissão do conhecimento passa ser algo essencial para multiplicar práticas agroecológicas e isso ocorre “através da organização de mutirões, pequenas oficinas”, pessoas de referencia e troca de informações entre técnicos, instituições e comunidade.

Essa dinâmica faz com que haja “o fortalecimento de suas instituições de representação política e do fortalecimento de sua organização de base comunitária” (APACC, 2008, p.27). Sendo que esse processo de fortalecimento ocorre por que a interligação e o fortalecimento dos laços passa pela perspectiva que está associado a um desenvolvimento solidário é fazer parte de “uma nova concepção de usuário, entendido não como mero consumidor, mais como parte do mesmo projeto de transformação do mundo e do modo de produção e de reprodução da existência” (GADOTTI, 2009, p.72)

No caso, de pensar um desenvolvimento capaz de promover à melhoria de vidas das comunidades amazônicas a eficiência da proposta estaria em promover à existência de laços sociais: o acesso do indivíduo a recursos suplementares, o reforço da identidade e reconhecimento mútuo através das relações sociais bem como a facilidade do fluxo de informações (LIN, 1999). As relações sociais possibilitam a construção de redes envolvendo indivíduos, grupos, organizações, etc. (os chamados sujeitos sociais, que são os “nós” das redes), independente dos nós, no entanto, é a partir das conexões entre eles, que podem se estabelecer por meio de “relacionamentos sociais, motivados pela amizade e por relações de trabalho ou compartilhamento de informações” (TOMAEL, MARTELETO, 2006, p. 75). Assim, os laços sociais das redes exercem influências sobre agentes que detêm o poder de decisão – o indivíduo tem acesso a recursos adicionais ao seu capital pessoal, a partir de suas relações, numa espécie de credencial social e, ainda, as relações reforçam a identidade e reconhecimento mútuo, bem como o fluxo das informações.

É nessa perspectiva que recentemente os grupos e comunidades em harmonia com Economia Solidária criaram as redes Bragantina, Capim, Tocantina e outros mais que buscam através da vinculação com o território:

Estabelecer uma organização em rede visando ampliar o processo de mobilização e construção de alternativas de superação da situação de exclusão das decisões que levassem em conta os seus saberes e costumes que vigoram princípios da democracia autogestão dos grupos além da solidariedade humana dentro do próprio grupo. Princípios que foram acrescentados com o amadurecimento de uma forma de cooperativismo para uma forma de organização mais ampliada, mais articulada e divulgada e formuladas em fóruns capazes de sugerir políticas públicas capazes de garantir novas alternativas frente ao modelo de desenvolvimento capitalista. (SILVA; MIRANDA, 2011, p. 4).

Sendo que na Amazônia diante do modelo de desenvolvimento voltado para garantir dinâmica capitalista às redes são instrumentos de suma importância para o desenvolvimento da consciência crítica e a tentativa, a partir da cooperação e solidariedade, de viabilizar caminhos para a resistência à dinâmica capitalista. E como afirma Carvalho (2002, p.7) “gerar condições favoráveis para mudanças do modelo econômico e social dominante e das estruturas sociais brasileira.

E nessa perspectiva que as Redes na Amazônia buscam representar a diversidade de atores sociais e principalmente os que são hoje vítimas das agroestratégias desenvolvidas pelo agronegócio, que busca as instituições de uso comum dos recursos naturais e que “se encontram formalmente abrigadas sob a designação de terras tradicionais ocupadas” e que são vistas como “obstáculos às transações de compra e venda” (ALMEIDA, p.69).

Como no passado e na história recente da região Amazônica a Economia Solidária exigem mais do que nunca um processo amplo, enraizado em territórios e pautados por uma identidade coletiva capaz de frente as novas investidas dos atores capitalistas, a exemplo da Rede Bragantina que:

É uma articulação de entidades, grupos, comunidades, associações e cooperativas de diversos segmentos sociais que está situado no território do Nordeste Paraense e da região Bragantina do Estado do Pará, envolvendo mais de 60 municípios e tendo como pólo os municípios de Bragança e Santa Luzia. Essas duas regiões compõem um território com mais de 500 mil habitantes, com forte presença na área. Existe nesse território, além de assentamentos e comunidades rurais, 26 comunidades quilombolas e 8 áreas de terras indígenas. A densidade da região é de 8,4 hab/km, índice que revela um território demograficamente povoado e com forte crescimento populacional desde década de 70. (SILVA; MIRANDA, 2011 p.8).

Sendo assim, as redes mais de que iniciativas voltadas a aperfeiçoar a comercialização e produção passam numa conjuntura marcada pela forte ofensiva do agronegócio e da busca demasiada de apropriação e mercantilização dos recursos naturais da Amazônia a tornarem referencia de grupos e comunidades para que os mesmos se tornem menos vulneráveis e assim traçar as linhas comuns de projetos coletivos e uma identidade de resistência. Nesse sentido, na luta contra a dinâmica dos grandes projetos, as redes passam a possibilitar aos grupos e comunidades a “identidade destinada à resistência (CASTELLS, 1999, p.25) na medida que partilham, trocam e estabelecem laços de reciprocidade.

Na Amazônia, a Economia Solidária, enquanto “jeito de fazer atividade econômica estar no mundo e consumir” e como “movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento”, assume uma perspectiva estratégica de resistência e mudança de modelo econômico, já que as raízes do hoje se denomina movimento de economia solidária nasce de luta específica como crédito, como é o caso de Cametá, porém nunca se desvincularam das “lutas por transformações estruturais da sociedade” (SOUSA, 2002, p.203). Caso isso, não ocorra todo o processo ligado a tentativa de mobilizar os grupos solidários vão estar pautados por interesses e momentos individuais e oportunistas, ou no mínimo por um pequena dosagem de boa vontade.

7. Considerações

Uma breve leitura da realidade amazônica mostra que a degradação ambiental e o crescimento da pobreza na região é consequência de uma forma de desenvolvimento que concebe ao mesmo tempo como uma fonte inesgotável de recursos naturais e que tem que está a serviço do equilíbrio das contas nacionais, mesmo que isso signifique a destruição de comunidades e ecossistemas peculiares.

Na perspectiva transformadora, a Economia Solidária na medida que faz parte de uma acumulo de diversas organizações sociais, aparece como um instrumento que buscou dá condições de resistência às comunidades amazônicas com incentivo a produção, a comercialização e a possibilidade de acesso a insumos básicos para sobrevivência familiar.

O contexto amazônico atual é, ainda, e com maior intensidade marcado pela busca incessante de empreendimentos multinacionais e do agronegócio em mercantilizar o patrimônio natural e cultura da região. Sendo que nesse contexto a Economia Solidária, na medida em que consegue ser um instrumento de valorização territorial, fortalecimento de identidade coletiva e articulação de redes passa a ser um instrumento capaz de articular a resistência em defesa da Amazônia.

É importante ressaltar que esse é um estudo preliminar e que a contribuição da Economia Solidária, enquanto processo histórico tem muito a contribuir a partir de uma leitura mais ampla e detalhada capaz de apresentar novos elementos de forma a buscar aliar produção, comercialização e consumo ao processo de transformação social da sociedade.

Portanto, na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário na Amazônia passa por uma leitura de construção histórica e a compreensão das propostas que vem sendo traçadas de territórios e redes na Amazônia.

8. Referências Bibliográficas

- BONNEMAISON, J. e CAMBRÈZI, L. **Le lien territorial**: entre frontières et Identités. Géographies et cultures (Les Territoire), nº 20.Paris: L'harmattan.1996.
- CARVALHO, Guilherme. Agroestratégias e desterritorialização Os direitos Territoriais e Étnicos na Mira dos Estrategistas dos Agronegocios In. Alfredo Wagner Berno de Almeida. (Org.) O Plano IIRSA: na visão da sociedade civil pan-amazônica.
- Cartilha "**Economia Solidária**: outra economia a serviço da vida acontece. Campanha da Fraternidade de 2010– Conselho Nacional de Igreja Cristãs do Brasil. CONIC 2010. Edições CNBB. 2010.
- CARVALHO Horacio Martins de. **Comunidade de resistência e de superação**. CURITIBA, 2002.
- GADOTTI, Moacir, **Economia Solidária como Práxis Pedagógica**, São Paulo; editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- HAESBAERT, Rogério **O mito da desterritorialização**: do fim territórios à Multiterritorialidade. Editora : Bertrand Brasil, 2004.
- LIN, N. Building a Theory of Social Capital, **Connections**, 22(1), 1999. 28-51. Disponível em: [http://www.insna.org/Connections-Web/Volume22-1/V22\(1\)-28-51.pdf](http://www.insna.org/Connections-Web/Volume22-1/V22(1)-28-51.pdf). Acesso em: jul. 2010.
- MARTELETO R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.** Brasília. v. 33, n 3, p. 41-49, 2004.
- SOUSA, Raimundo Valdomiro de. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. NAEA UFPA/Belém, 2002.

SILVA, Lindomar; MIRANDA Tânia. "**Saberes e práticas articuladas na economia solidária da Rede Bragantina, Pará.**" XI REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL. 2011 – Curitiba – PR. **Anais...** Curitiba.

TOMAÉL, M. I.; MARTELETO, R Redes Sociais: Posições dos atores no fluxo da informação. **Enc bibli. R. eltr. Boblioteocn** , Florianópolis n. esp., 2006.. M.

Notas

ⁱBacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política - UFPA. Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – NAEA/ UFPA. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Assessoria na Amazônia – NIEPAA.

ⁱⁱBacharel e Licenciada Plena em Ciências Sociais com Ênfase em Antropologia – Especialista em Estudos Culturais da Amazônia- UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais Educação e Cidadania no Contexto Amazônico- GMSECA

ⁱⁱⁱ Graduanda em Serviço Social 6 semestre na Universidade Federal do Pará – UFPA.